

## ***Problemas do uso ingênuo do IDH-M***

[O IDH embaralha municípios abastados com precárias condições sociais e municípios com dignas condições sociais, apesar de pobres]

*Valor*, terça 14/01/03

Não há como exagerar a utilidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que agora reflete os resultados do Censo de 2000, graças à profícua cooperação entre o Pnud, o Ipea e a Fundação João Pinheiro. Para o conjunto do país, não existe melhor maneira de comparar o desenvolvimento dos territórios, ou melhor critério para hierarquizar prioridades programáticas do governo federal. A primeira edição foi essencial para o desenho das políticas sociais da ‘Era FHC’ (particularmente do Projeto Alvorada), e a segunda já baliza os apitos de largada do governo Lula, seja no roteiro do périplo ministerial da semana passada, como na escolha de Guaribas (PI) para o hasteamento da bandeira Fome Zero.

Todavia, essa inegável importância do IDH-M não corresponde ao conhecimento que muitos técnicos governamentais demonstram ter a respeito de seus pressupostos, critérios e convenções. Sem tal conhecimento, não pode haver clareza sobre suas limitações. E ainda menos a consciência sobre os riscos de deduções equivocadas sobre a situação objetiva dos municípios, ou sobre o desempenho de suas prefeituras. Para usar esse índice - concebido para desbancar o PIB per capita como medida do desenvolvimento das nações - é preciso inteirar-se das opções metodológicas assumidas em sua montagem. Quem o fizer fatalmente perceberá o quanto é necessário e possível construir indicadores de desempenho municipal mais significativos.

O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética de três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se aceite a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos - como a ambiental, a cívica, ou a cultural - é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade (neste caso o município). Ao contrário, é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade.

A média aritmética usada no IDH acaba por embaralhar dois fatos essenciais: a frequência de municípios abastados que arrastam precárias condições sociais, e a existência de municípios com condições sociais dignas apesar de serem relativamente pobres. O mais grave é que o IDH dos primeiros tende a ser mais alto, reforçando exatamente a ilusão que seu saudoso criador, Mahbud ul Haq, queria desfazer: de que tudo se resume a uma questão de renda per capita. Ou ainda, de que coletividades ricas mas pouco solidárias possam ser consideradas mais desenvolvidas do que outras que conseguem promover amplo acesso à saúde e à educação apesar de serem apenas ‘remediadas’.

Tome-se o exemplo de Itinga (MG), onde a comitiva presidencial se espremeu numa balsa que adernou no Rio Jequitinhonha. Com renda média dez vezes inferior à dos moradores do ABC paulista, não é surpreendente que por ali a esperança de vida ainda não tenha chegado aos 67 anos. Bem mais difícil é aceitar que em São Bernardo ela só beire os 70 anos, pois esse é um dos 30 municípios mais ricos do país, sob o prisma da renda per capita. Pior: há municípios, como Miguel Pereira (uma cidade média em pleno

Rio de Janeiro), nos quais a esperança de vida é ainda inferior à de Itinga, apesar de terem rendas per capita de seis a sete vezes superiores. E o IDH de Miguel Pereira é muito mais alto do que o de Itinga: 0,777 contra 0,623.

O usuário do IDH-M precisa ser enfaticamente aconselhado a não se ater à média aritmética de seus três ingredientes, e verificar qual é a disparidade entre os três índices que o compõem. No mínimo saber quais são as distâncias relativas entre o índice de renda e os outros dois (de educação e esperança de vida). Os contrastes são tão recorrentes que só demonstram a necessidade de se criar novos indicadores, de “terceira geração”. Isto é, que possam evitar a armadilha do PIB per capita sem reproduzir a insuficiência do IDH. Dos Estados brasileiros que saíram à frente nessa direção, merece destaque o exemplo de São Paulo. Não poderá ser acusado de bairrista quem elogiar o trabalho feito em 1999-2000 pela Fundação Seade, por solicitação da Assembléia Legislativa. Dele resultou uma ferramenta para a avaliação do desenvolvimento territorial muito mais poderosa do que o IDH.

O IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) não é propriamente um índice. É uma tipologia dos municípios do Estado, construída sobre indicadores para dimensões idênticas às privilegiadas no IDH, só que muito mais sofisticados e atualizáveis. A diferença básica é que não há uma média final (mesmo que ponderada) que resulte em índice composto. Ao contrário, explora-se as divergências entre os três para agrupar os municípios em cinco categorias, das quais as mais pertinentes são as três primeiras: (1) dos ‘top’ de linha, com bom notas em todas as matérias; (2) dos perversos, por serem ruins em educação e/ou saúde, apesar de ricos; e (3) dos “saudáveis”, que vão *‘bem, obrigado,’* mesmo que não tenham enriquecido (ainda).

Bastam estas três janelas da tipologia para se tirar importantes lições sobre o desenvolvimento territorial paulista. O céu e o inferno coexistem nas aglomerações metropolitanas, com 20 municípios ‘top’ e 4 “saudáveis”, contra 22 perversos. A situação é menos dramática nas aglomerações proto-metropolitanas: somente 11 perversos para 27 ‘top’ e 9 “saudáveis”. Panorama que ainda melhora entre as chamadas cidades médias, que são centros urbanos ou municípios ambivalentes: 31 “saudáveis” e 22 ‘top’ contra 10 perversos. E a principal surpresa vem do quintal. Entre os municípios rurais há 220 “saudáveis”, 15 ‘top’ e somente 7 perversos. Nada que possa ser percebido por quem fizer um uso ingênuo do IDH.

---

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP. Home page: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/)